

Infidelidade partidária é histórica

21 JUN 1987

JORNAL DE BRASÍLIA

No passado recente — até a extinção do pluripartidarismo resultante da Constituição de 1946 — o respeito aos programas partidários era reduzido. Da mesma forma que acontece hoje, os eleitos por uma agremiação podiam mudar de legenda no dia seguinte ao dos pleitos.

Ainda assim, os programas dessas agremiações extintas em outubro de 1965, pelo AI-2, contemplavam teses que, com o tempo, se concretizaram, por serem idéias ou princípios desejados pela sociedade.

Sob esse aspecto, vale lembrar que desde 1947 diversos partidos defendiam a criação do Banco Central, em seus programas, e essa proposta só veio a consumir-se em 1964. O programa da UDN defendia a adoção de sanções contra as fraudes aos consumidores e pedia incentivos ao ingresso de capital externo. O PRP, originário da Ação Integralista, queria a criação de um Ministério da Previdência, abono familiar e a organização de um banco para a construção de casas próprias, além da instituição do seguro escolar e de propaganda para criar na opinião pública respeito e estima pelos militares. O PSD defendia a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a transferência da capital para o Planalto Central, a correção de ramais ferroviários deficitários, o seguro agropecuário etc. O atual PFL, com seu ideário liberal, é um meio termo entre o PSD e a UDN. O PSP registrava em seu programa, como sendo o principal problema a corrigir no Brasil "a crise de autoridade". "O Poder Executivo — dizia o manifesto do extinto PSP — em muitos casos se revela hesitante diante dos problemas com que se defronta".

Segundo esse partido, o remédio para tal situação seria a introdução do sistema de eleições de presidente da República por maioria absoluta, em dois turnos.

Nem todas as idéias programáticas como as que reafirmavam a defesa do direito de greve, da ampliação da escola gratuita, da garantia de salário mínimo indispensável aos trabalhadores, para a manutenção de sua família, foram concretizadas ao pé da letra. Outras, por sorte do país, nunca entraram em vigor, como a do mesmo PRP, que defendia a implantação do voto familiar no Brasil (cada eleitor teria direito a tantos votos quantos fossem os membros da família por ele chefiada). O Partido Libertador defendia o parlamentarismo, com eleições indiretas para presidente da República, governadores e prefeitos.

Depois dessas velhas agremiações, os partidos que as substituíram também tiveram propostas nunca realizadas. O MDB, do qual nasceu o PMDB, pedia, em termos vagos, "a correção do excessivo endividamento externo e interno". Mais afirmativo era o programa peemedebista no caso do mar territorial das 200 milhas: "o partido não admite qualquer alteração restritiva a esse princípio". E a extinta Arena, da qual saiu o PDS? Esse partido pregava a integração dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas, em caráter excepcional, e a restauração do poder aquisitivo dos trabalhadores. Mas a Arena praticou, durante vários anos, a política de arrocho de salários, mal a que também está sujeito hoje o PMDB, cujo programa se choca, por inteiro, com a linha salarial adotada pelo Plano Bresser.